vinetur

Mudança eleitoral renova pressão para revogar tarifas dos EUA sobre o vinho

O Congresso pode intensificar o escrutínio, mas o presidente mantém amplos poderes comerciais, deixando os importadores sem certezas a curto prazo

sexta-feira, 6 de novembro de 2026



A mudança das maiorias no Congresso após terça-feira, 3 de novembro, reavivou em Washington e no setor do vinho o debate sobre a possibilidade de revogar as tarifas dos EUA sobre o vinho importado. Mas o resultado eleitoral, por si só, não garante esse desfecho, uma vez que o presidente continua a deter amplos poderes em matéria de política comercial e qualquer iniciativa séria do Congresso para limitar essa autoridade exigiria, provavelmente, o apoio dos republicanos.

A questão central não é apenas saber que partido controla a Câmara dos Representantes ou o Senado, mas também até que ponto os legisladores podem exercer influência, na prática, sobre decisões tarifárias que muitas vezes são tomadas por via executiva. Especialistas em comércio afirmam que o Congresso pode exercer pressão através de audições, ações de fiscalização e legislação, mas eliminar tarifas ou restringir significativamente a autoridade presidencial é mais difícil, sobretudo num sistema político dividido.

O setor do vinho continua, assim, a enfrentar grande parte da mesma incerteza que existia antes das eleições. Importadores, distribuidores e retalhistas passaram anos a lidar com mudanças abruptas na política comercial dos EUA, incluindo direitos aduaneiros associados a disputas mais amplas que não tinham o vinho como tema central. Mesmo quando as tarifas são suspensas ou reduzidas, a possibilidade de serem restabelecidas pode afetar o planeamento comercial muito antes de ser anunciada qualquer decisão formal.

Uma nova distribuição de forças no Capitólio poderá, ainda assim, ter impacto. Os legisladores favoráveis à redução das barreiras comerciais poderão agora dispor de melhores condições para questionar as tarifas em vigor, exigir aos responsáveis da administração objetivos políticos mais claros e analisar os efeitos económicos sobre as empresas e os consumidores dos EUA. As comissões do Congresso podem convocar testemunhas, solicitar dados e defender uma abordagem mais previsível à aplicação das regras comerciais. Isso pode influenciar o contexto político em torno das decisões tarifárias, mesmo que não conduza a uma alteração legal imediata.

Ainda assim, os analistas afirmam que qualquer tentativa de limitar os poderes tarifários do presidente enfrentaria grandes obstáculos. A autoridade em matéria comercial foi sendo reforçada ao longo de décadas através de leis que conferem ao poder executivo ampla margem de decisão em questões relacionadas com a segurança nacional, práticas comerciais desleais e negociações internacionais. Alterar esse quadro exigiria legislação, que teria de reunir apoio suficiente para ser aprovada nas duas câmaras e resistir à provável oposição partidária. Se o presidente se opusesse a essa iniciativa, o Congresso enfrentaria um obstáculo ainda maior.

Por isso, os participantes no mercado estão a ser alertados para não encararem o resultado das eleições intercalares como um caminho direto para o alívio tarifário. A dinâmica política pode ter mudado, mas os mecanismos da política comercial não se alteraram de um dia para o outro. As tarifas podem manter-se em vigor mesmo quando as críticas do Congresso se intensificam e também podem ser ajustadas através de negociações que decorrem, em grande medida, fora do Capitólio.

Para o setor das bebidas, essa incerteza tem consequências financeiras diretas. Os importadores de vinho têm de decidir com meses de antecedência o que comprar, quanto stock manter e que preços propor aos grossistas e retalhistas. Os exportadores da Europa e de outras regiões produtoras têm de avaliar se a procura dos EUA se manterá estável caso as tarifas aumentem ou os custos aduaneiros voltem a mudar. A ameaça de tarifas, mesmo antes de se tornar política oficial, pode reduzir as margens e levar os compradores a diminuir encomendas, adiar expedições ou optar por marcas de preço mais baixo.

Os restaurantes e as lojas especializadas em vinho também estão expostos, uma vez que trabalham frequentemente com cartas fixas, procura sazonal e margens reduzidas. Se as tarifas aumentarem, as empresas poderão não conseguir repercutir todo o custo nos consumidores sem prejudicar as vendas. Se as tarifas forem eliminadas depois de os preços já terem subido ou de os contratos terem sido renegociados, o mercado poderá ainda demorar algum tempo a ajustar-se. Esta instabilidade pode influenciar decisões em toda a cadeia de abastecimento, dos produtores e importadores aos distribuidores e retalhistas.

O setor mais amplo das bebidas acompanha a situação de perto pelo mesmo motivo. Embora o debate atual se centre no vinho, qualquer novo recurso às tarifas como instrumento comercial pode influenciar a forma como se encara a cerveja, as bebidas espirituosas e outras categorias de bebidas relacionadas. As empresas que importam ou exportam bebidas alcoólicas tendem a tomar decisões de compra e de fixação de preços a longo prazo e são sensíveis a alterações políticas que podem mudar os custos de importação com pouco aviso.

Muito dependerá agora da determinação dos líderes do Congresso em avançar com a questão e de a administração considerar que há vantagem política em ajustar a sua posição comercial. As audições e a pressão pública poderão intensificar-se nas próximas semanas, mas as empresas que esperam uma revogação rápida dificilmente terão certezas em breve. Por agora, a mensagem de Washington após as eleições parece ambígua: o debate político em torno das tarifas sobre o vinho mudou, mas os poderes do governo para as manter em vigor continuam, em grande medida, intactos.